



**ESTATUTO SOCIAL DO
IBAP - INSTITUTO BRASILEIRO DE ASSISTÊNCIA E PESQUISA**

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO DOMÍLIO, SEDE E FORO

Art.1 ° - O INSTITUTO BRASILEIRO DE ASSISTÊNCIA E PESQUISA, abreviadamente **IBAP**, fundado em 07/ 05 / 83 é uma Associação Sem Fins Lucrativos, de direito privado com prazo de duração indeterminado, de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Lei 630 de 03/10/86; Estadual Lei 1879 de 31 /10/ 91 ; CDS - Coordenadoria Estadual de Desenvolvimento Social N.º 616 de 27/07/87 ; Federal MJ 13925/89-55 de 03/09/92, de caráter Assistencial, Científico , Educacional , Filantrópico e Tecnológico.

Art.2 ° - O IBAP possui sede na cidade de Niterói, à Avenida Ernani do Amaral Peixoto N.º 36 sala 203, Centro, CEP 24008-900, Estado do Rio de Janeiro. Inscrito no Ministério da Fazenda CNPJ: 27 774. 561 / 0001 – 02 e têm seus atos constitutivos registrados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas no 12 ° Ofício de Notas de Niterói.

**CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES**

Art.3 ° - O IBAP, sempre observando o princípio da universalidade, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência tem por objetivo prestar os serviços abaixo indicados, de acordo com sua capacidade estrutural e/ou financeira, a quantos buscarem seus serviços, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, religião, credo político ou qualquer outra condição:

1. Promover e executar serviços de assistência na área de saúde;
2. Promover e executar serviços na área da educação;
3. Promover e executar serviço na área assistência social;
4. Promover as ações identificadas em seus estudos e pesquisas divulgando, desenvolvendo, implantando e/ou operando;
5. Formar, preparar e completar a formação científica, cultural e física da juventude brasileira;
6. Fomentar o gosto pela pesquisa entre os jovens.

Art.4 ° - Para que suas finalidades estatutárias sejam cumpridas, o IBAP poderá realizar outras atividades com o intuito de obtenção de receita, sendo que os resultados positivos deverão ser integralmente revertidos aos seus objetivos de suas finalidades, podendo, portanto, firmar contratos, convênios, termos de parcerias, termos de cooperação e articular-se de forma conveniente, com órgãos ou Institutos públicos e privados, pessoas físicas, bem como poderá criar e/ou manter, em qualquer parte do Território Nacional unidades afins, elaborando Regimento Interno, para o funcionamento de cada uma delas.

®



CAPÍTULO III

DOS MEMBROS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art.5º - O IBAP possui as seguintes categorias de Associados:

- a) Fundadores
- b) Efetivos
- c) Honorários
- d) Beneméritos
- e) Correspondentes
- f) Contribuintes

§ 1º - A categoria dos Fundadores é constituída por pessoas físicas que participaram da fundação do Instituto, subcrevendo seu Estatuto Inicial, com seus nomes qualificados como tal no corpo da Ata de Criação.

§ 2º A categoria dos Associados Efetivos é constituída pelos que, indicados por Associados Fundadores ou Efetivos, tiverem seus nomes aprovados, por maioria absoluta da Diretoria Executiva, com possibilidade de recurso a AG.

§ 3º - A categoria dos Honorários é constituída por pessoas físicas, Associados ou não, ou pessoas jurídicas que hajam prestado serviços de importância ao IBAP ou as suas finalidades, cuja indicação para admissão será feita por proposta da Diretoria Executiva a ser apreciada e aprovada pela Assembleia Geral (AG)

§ 4º - A categoria dos Beneméritos é constituída por pessoas físicas, Associados ou não, ou pessoas jurídicas que hajam prestado serviços de importância ao IBAP ou as suas finalidades, cuja indicação para admissão será feita por proposta da Diretoria Executiva a ser apreciada e aprovada pela Assembleia Geral (AG)

§ 5º - A categoria dos Correspondentes é constituída por pessoas que não tendo possibilidade de se tornarem Membros Efetivos queiram manter intercâmbio com o Instituto, abrangendo o andamento e resultados de pesquisas e estudos, contribuindo cultural e/ou materialmente.

§ 6º - A categoria dos Contribuintes é constituída por pessoas físicas ou Jurídicas que queiram contribuir mensalmente com uma determinada quantia estabelecida no orçamento anual a qual será destinada a programas e projetos dentro das finalidades deste Instituto. A indicação é feita por um Associado Efetivo e aprovada pela Diretoria Executiva.

§ 7º - A admissão de Associado se dará por meio de formulário próprio, a ser encaminhado à Diretoria Executiva.

®



Art.6 ° - O IBAP possui personalidade jurídica totalmente distinta da de seus Associados, os quais não respondem, subsidiária e/ou solidariamente, pelas obrigações constituídas em nome da mesma, salvo se comprovado dolo ou culpa.

Art.7 ° - São direitos e deveres dos Associados:

- a. Participar nas reuniões da Assembleia Geral;
- b. Votar nas assembleias gerais e ser votado para os cargos de Administração;
- c. Atender pontualmente, aos encargos de manutenção do IBAP;
- d. Aceitar cargos para os quais venham a ser eleito e/ou as missões e encargos que lhes sejam designados pelos órgãos da administração do IBAP, deles se desincumbido com dedicação;
- e. Apresentar sugestões, objetivando à melhoria das atividades e dos serviços do IBAP e das Unidades Mantidas;
- f. Empenhar-se pelo progresso do IBAP, prestigiando-o por todos os meios a seu alcance;
- g. Participar ao IBAP a mudança dos dados informados no formulário de admissão;
- h. Cumprir e zelar pelo acatamento deste Estatuto e demais normas Internas da Entidade.

§ Único: A prerrogativa prevista na alínea "b" somente poderá ser exercida pelos associados fundadores e efetivos, e, desde que estes tenham mais de 1 (ano) de admissão.

Art. 8° - O Associado poderá a qualquer momento desligar-se do IBAP, declinando assim de sua condição de Associado bastando para isso encaminhar à Diretoria Executiva uma comunicação, por escrito, nesse sentido.

Art. 9° - Pelo desligamento do IBAP, quer por demissão, saída, abandono, ou outra forma qualquer, a nenhum Associado será lícito pleitear ou reclamar direitos ou indenizações, sob qualquer título, forma ou pretexto, por ter possuído aquela condição de Associado.

Art. 10° - O número de Associados é ilimitado, sendo vedada qualquer distinção de cor, sexo, raça, nacionalidade, profissão, credo político ou religioso, mas para ser aceito na condição de Associado o mesmo deverá ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.

Art. 11° - Perderá a condição de Associado àquele que:

- a) Deixar de cumprir as condições previstas neste Estatuto e demais normas internas do IBAP;
- b) Solicitar seu desligamento;
- c) Praticar ato que atente contra os interesses do IBAP;
- d) Valer-se do IBAP para fins de promoção pessoal ou finalidades político-partidárias.

®



§ 1º - Caberá à Diretoria Executiva, encaminhar a proposta da exclusão do Associado, em virtude do descumprimento do previsto neste estatuto, para decisão da Assembleia Geral (AG)

§ 2º - Decidida a exclusão, não caberá recurso em nenhuma instância do IBAP.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 12º - O IBAP é composto dos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral
- b) Diretoria Executiva
- c) Conselho Consultivo
- d) Conselho Fiscal

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 13º - A Assembleia Geral, constituída pelos Associados Fundadores e Associados Efetivos em pleno exercício de seus direitos, é o órgão supremo e exercerá o governo do IBAP, será sempre presidida pelo Diretor Presidente ou em seu impedimento pelo Diretor Administrativo ou pelo Diretor Financeiro

§ 1º - Os Associados que não estiverem em pleno exercício de seus direitos não constituirão a Assembleia Geral, devendo, no entanto, comparecerem à mesma como ouvintes, sem nenhuma participação ativa, sendo anotada sua presença, embora não contribuam para o cômputo de Associados da Assembleia Geral.

§ 2º - A fim de que seja incentivada ao máximo a participação nas atividades do IBAP, os Associados Efetivos que faltarem a uma Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, terão seus direitos suspensos na próxima Assembleia Geral, podendo, em caso de extrema excepcionalidade, ser encaminhada ao Instituto, até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da Assembleia, justificativa fundamentada, por escrito, para que a Diretoria, a seu critério exclusivo, e sem possibilidade de recursos, julgue sobre a suspensão da penalidade ao faltoso.

®



Art. 14º - À Assembleia Geral compete:

- a) Deliberar sobre quaisquer assuntos que lhe forem submetidos;
- b) Deliberar e decidir sobre a criação e extinção das Unidades Mantidas;
- c) Decidir sobre a aquisição, gravame, venda, ou qualquer outra forma que importe na transferência e condições restritivas sobre os bens imóveis;
- d) Aprovar o orçamento anual e relatório anual das atividades da Diretoria Executiva,
- e) Decidir sobre os recursos interpostos contra as decisões do Conselho Consultivo,
- f) Eleger, dar posse, substituir ou destituir os Associados da Diretoria Executiva e dos Conselhos Consultivo e Conselho Fiscal;
- g) Deliberar e decidir sobre a reforma do Estatuto;
- h) Deliberar e decidir sobre a dissolução da entidade.

§ Único - Com exceção da alínea "a", todas as demais alíneas constantes do *caput* são de competência exclusiva da Assembleia Geral.

Art. 15º - A Assembleia Geral reunir-se-á Ordinariamente, sempre Convocada pelo Diretor - Presidente, para deliberar sobre as conta do exercício findo, o Relatório de atividades e o orçamento anual para o ano subsequente; Quadrienalmente para a eleição de associados para a Diretoria Executiva, para os Conselhos Consultivo e Conselho Fiscal.

Art. 16º - A Assembleia Geral reunir-se-á Extraordinariamente, sempre que convocada pela Diretoria Executiva ou Conselho Consultivo ou Conselho Fiscal ou a requerimento de 1/5 de seus Associados, para deliberar sobre quaisquer assuntos que lhe forem submetidos.

Art. 17º - A convocação da Assembleia Geral será realizada por meio de anúncios afixados no quadro de avisos do IBAP, bem como, envio do edital de convocação aos endereços eletrônicos quaisquer outros meios digitais informados pelo associado na ficha de inscrição, com antecipação mínima de 5 (cinco) dias, dela constando dia, hora, local e itens a serem deliberados.

§ Único - Havendo urgência na matéria a ser deliberada, poderá, a critério da Diretoria Executiva, o prazo de antecedência de que trata este artigo ser reduzido para até 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 18º A Assembleia Geral será considerada instalada legalmente em primeira convocação, quando presente a metade e mais um dos seus Associados e, em segunda e última convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de seus Associados presentes.

®



§ 1º - As Assembleias Gerais poderão ser realizadas por meio de sistema de videoconferência, ou qualquer outra forma eletrônica, desde que se garanta o direito de opinar e votar a todos os associados.

§ 2º - O quórum das Assembleias Gerais, quando realizada na forma eletrônica, será comprovado através da lista de participação disponibilizada pelo sistema ou por meio de assinatura digital ou senha.

Art. 19º Nas Assembleias Gerais não é permitida a representação por meio de procuração.

Art. 20º A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente do IBAP, ou, no caso de seu impedimento ou ausência pelo Diretor Administrativo ou pelo Diretor Financeiro.

Art. 21º Das reuniões da Assembleia Geral serão lavradas atas assinadas pelo Diretor Presidente Assembleia e pelo Secretário.

§ Único. O Secretário da Assembleia é indicado pelo Presidente da AG.

Art. 22º As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos membros presentes.

§ Único - Para as deliberações a que se referem à dissolução e reforma estatutária, é exigido o voto concorde de 2/3 dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos Associados, em segunda com qualquer numero sendo necessário à unanimidade entre os presentes.

Art. 23º - Nas reuniões da Assembleia Geral nenhum Associado poderá falar mais de duas vezes sobre o mesmo assunto e nem por mais de 10 (dez) minutos de cada vez, podendo ser concedido tempo adicional em caso extraordinário, critério exclusivo da Presidência da reunião.

Art. 24º - Das reuniões da Assembleia Geral serão lavradas atas assinadas por todos os Associados presentes.

Art. 25º - A Diretoria, órgão executivo, será eleita dentre os Associados Fundadores e os Associados Efetivos, por maioria simples, pela Assembleia Geral, a quem caberá empossá-la, para um mandato de quatro anos, sendo possível a recondução ao cargo, por igual período, e será composta por um Diretor - Presidente, um Diretor Administrativo e de um Diretor Financeiro.

®



DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 26º - O Conselho Consultivo será formado dentre os Associados Fundadores e Efetivos, eleito pela Assembleia em reunião ordinária e a quem caberá empossá-la, para um mandato de quatro anos, sendo possível a recondução ao cargo, por igual período.

Art. 27º - O Conselho Consultivo será composto por três Associados, devendo seu presidente ser indicado, entre seus pares, na primeira reunião ocorrida após a eleição e posse.

Art. 28º- O Conselho Consultivo reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Diretor Presidente do IBAP

Art. 29º - Compete ao Conselho Consultivo:

- a. Exercer a função normativa quando solicitado pela Diretoria Executiva em níveis de planejamento estratégico, coordenação e controle global e fixação de diretrizes fundamentais de funcionamento do IBAP;
- b. Examinar e aprovar projetos relativos às atividades do IBAP;
- c. Examinar e aprovar por proposta da Diretoria Executiva, o orçamento anual;
- d. Autorizar a realização de despesas extraordinárias, assim consideradas aquelas que ultrapassem o valor de alçada fixada no orçamento anual;
- e. Deliberar anualmente, sobre os Demonstrativos Contábeis, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal bem como apreciar os Relatórios das Atividades a serem encaminhados à Assembleia Geral;
- f. Deliberar, sobre propostas da Diretoria Executiva relativas à alienação de bens móveis, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos e outros atos que exorbitem da administração ordinária, em valor de alçada previsto no orçamento anual;
- g. Decidir sobre as matérias ou casos omissos, no interesse do IBAP, não previstos neste estatuto, sendo eventual discordância de tal decisão, será passível de recurso à Assembleia Geral;

®



- h) Colaborar com a Diretoria Executiva para quando solicitado opinar sobre decisões a serem tomadas.
- i) Participar quando solicitado na criação de instruções para o normal funcionamento dos serviços administrativos do IBAP e das Unidades Mantidas.

§ Único - As despesas extra - orçamentárias, sendo de caráter urgente, poderão ser autorizadas pela Diretoria Executiva que convocará o Conselho Consultivo e Fiscal, num prazo não superior a 15 (quinze) dias, após as referidas despesas, para apreciação das mesmas e deliberar se a Assembleia Geral, a quem compete em definitivo ratificá-las, deve ser convocada em caráter extraordinário ou se é conveniente aguardar sua próxima reunião já programada.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 30º - A Diretoria Executiva será formada dentre os Associados Fundadores e Efetivos, eleita pela Assembleia em reunião ordinária e a quem caberá empossá-la, para um mandato de quatro anos, sendo possível a recondução ao cargo, por igual período, e será composta por:

1. Diretor Presidente;
2. Diretor Administrativo;
3. Diretor Financeiro.

§ 1º - Em caso de vacância definitiva na Diretoria Executiva, o fato deverá ser informado ao Conselho Consultivo, para convocação de Assembleia Geral Extraordinária para preenchimento dos cargos.

§ 2º - A Diretoria poderá contar com profissionais para receber suporte técnico nas diversas áreas de atuação do IBAP.

Art. 31º - A Diretoria Executiva reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente do IBAP ..

Art. 32º - Compete à Diretoria Executiva:

- a) Gerir e administrar o IBAP, de conformidade com as disposições Estatutárias e Regimentais;
- b) Fixar as diretrizes a serem seguidas no desenvolvimento das finalidades do IBAP;
- c) Designar quem represente e defenda os interesses do IBAP junto aos poderes públicos;



- d) Ter sob sua administração os bens patrimoniais do IBAP e pelos mesmos responder perante ao Conselho Consultivo e a Assembleia Geral
- e) Cabe a Diretoria Executiva criar Departamentos e Órgãos necessários ao IBAP, os quais terão os seus próprios regimentos internos elaborados, aprovados e reformados pela mesma, sendo que a extinção de tais departamentos e órgãos também deverá ser previamente ser avaliada e aprovada pela AG;
- f) Criar Unidades necessárias ao IBAP, que também terão seus próprios regimentos internos, sendo que a criação e extinção das mesmas dependerão da avaliação e aprovação da Assembleia Geral;
- g) Promover os meios de arrecadação da receita e autorizar a realização de despesas conforme orçamento previamente aprovado pelo Conselho Consultivo e endossado pela Assembleia Geral;
- h) Celebrar contratos, distratos e outros instrumentos.
- i) Autorizar a contratação e demissão de empregados, bem como fixar-lhes a remuneração;
- j) Submeter à aprovação da assembleia o uso por empréstimo ou arrendamento de bens imóveis do IBAP;
- k) Propor ao Conselho Consultivo o orçamento anual, para posterior aprovação pela assembleia;
- l) Assinar as Demonstrações Contábeis, para avaliação do Conselho Consultivo, do Conselho Fiscal e da AG;
- m) Praticar todos os atos necessários à administração do IBAP ou de interesse do mesmo, que não estejam especificadas nas disposições estatutárias e regimentais, dando ciência ao Conselho Consultivo e a Assembleia Geral na sua primeira reunião após o fato;
- n) Elaborar Regulamento do IBAP e das Unidades Mantidas;
- o) Convocar a Assembleia Geral, quando couber.

§ Único - As despesas extras orçamentárias que ultrapassem o valor de alçada estabelecido no orçamento anual, de caráter urgente, poderão ser executadas pela Diretoria Executiva, a qual deverá convocar o Conselho Consultivo, extraordinariamente em prazo não superior a 72 (setenta) horas, para apreciação de tais despesas.



Art. 33º - Compete ao Diretor Presidente:

- a) Representar ativa e passivamente o IBAP, judicial ou extrajudicialmente, sendo permitido a nomeação de procuradores;
- b) Assinar conjuntamente com o Diretor Financeiro, e na ausência com o Diretor Administrativo títulos, documentos e operações financeiras, incluindo as transações eletrônicas, saques, cheques e os demonstrativos financeiros e contábeis;
- c) Superintender em conjunto com Diretores Administrativo e Financeiro o relatório anual das Atividades da Diretoria Executiva, nele se pronunciando sobre a situação econômico-financeira do IBAP, para apresentação ao Conselho Consultivo.
- d) Convocar as reuniões da Assembleia Geral, dos Conselhos Consultivo e Conselho Fiscal, quando de sua iniciativa;
- e) Presidir as reuniões da Diretoria Executiva e na Assembleia Geral quando couber;
- f) Superintender a Administração Geral do IBAP e das Unidades Mantidas;
- g) Acompanhar o recebimento de auxílios, subvenções, doações, legados e quaisquer valores destinados ao IBAP, podendo delegar poderes para tal fim;
- h) Firmar em nome do IBAP, contratos, distratos e outros instrumentos, podendo delegar poderes para tal fim;
- i) Exercer o voto de desempate nas reuniões de Diretoria Executiva;
- j) Substituir, sem prejuízo de suas funções, qualquer um dos demais diretores, quando de suas ausências temporárias;
- k) Colaborar com os demais diretores do IBAP.

Art. 34º - Compete ao Diretor Administrativo:

- a) Colaborar com o Diretor Presidente e com os demais Diretores da Instituição;
- b) Admitir e demitir empregados em nome do IBAP, conforme decisão da Diretoria Executiva;
- c) Elaborar e manter atualizado o Plano Geral de Pesquisas e Assistência do IBAP, apresentando o escopo das atividades e os recursos necessários;
- d) Coordenar a promoção de movimentos culturais, educacionais, sociais e congêneres dentro das finalidades do IBAP;

®



- e) Assinar conjuntamente com na ausência Diretor Presidente Financeiro, na ausência do Diretor Presidente, documentos e operações financeiras, incluindo as transações eletrônicas, saques, cheques e os demonstrativos financeiros e contábeis;
- f) Substituir, sem prejuízo de suas funções, qualquer um dos outros diretores, quando de suas ausências temporárias.

Art. 35º - Compete a Diretor Financeiro:

- a) Colaborar com o Diretor Presidente e com os demais Diretores da Instituição;
- b) Superintender os serviços financeiros mantendo sob sua guarda os livros e documentos respectivos;
- c) Assinar conjuntamente com Diretor Presidente, documentos e operações financeiras, incluindo as transações eletrônicas, saques, cheques e os demonstrativos financeiros e contábeis;
- d) Acompanhar os projetos para se viabilizar o cumprimento dos contratos firmado pelo IBAP;
- e) Planejar e acompanhar a organização, supervisão e avaliação financeira, dos serviços prestados pelo IBAP;
- f) Elaborar juntamente com os demais diretores o orçamento anual para posterior aprovação do Conselho Consultivo, Conselho Fiscal e endossado pela Assembleia Geral;
- g) Acompanhar, a evolução das despesas face ao orçamento previamente aprovado pelo Conselho Consultivo e endossado pela Assembleia Geral.

§ Único -

A Diretoria poderá contar com um Secretário e ser auxiliada por Assessores, nas áreas de , Assistência, Administração, Biociências , Informática, Medicina, Pesquisa, Psicologia e Tecnologia, todos de sua livre designação. O Secretário e Assessores poderão ser remunerados de acordo com o cargo que ocupam.

®



CONSELHO FISCAL

Art. 36º - O Conselho Fiscal exercerá funções de fiscalização econômica - financeiro, especialmente para cumprimento dos orçamentos aprovados e das despesas ratificadas pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral.

Art. 37º - O Conselho Fiscal será formado por três (três) Conselheiros titulares e três suplentes eleitos e empossados pela Assembleia Geral entre os Associados Fundadores ou Efetivos para o mandato de 4 (quatro) anos.

§ 1º - Em caso de Vacância definitiva, assume a titularidade um Associado, eleito em AGE para tal finalidade eleição.

§ 2º - Não poderão fazer parte do Conselho Fiscal, associados dos demais órgãos da instituição, empregados, administradores, cônjuge ou parente deste até o terceiro grau.

Art. 38º - Compete ao Conselho Fiscal:

- a. Examinar, a qualquer tempo, os livros, registros, papéis e documentos, bem como a situação financeira, devendo os administradores prestar-lhes as informações solicitadas;
- b. Analisar anualmente os balancetes gerenciais e as demonstrações contábeis apresentados pela Diretoria Executiva, para avaliação do Conselho Consultivo e Assembleia.
- c. Lavrar em livro próprio, observações sobre cada verificação, assim como emitir parecer relativo à regularidade ou não das contas e relatórios anuais da Diretoria Executiva, tomando como base o balanço patrimonial e o resultado econômico e bem assim as atividades sociais;
- d. Emitir parecer, por escrito, dos assuntos sobre os quais for consultado pelo Conselho Consultivo e pela Diretoria Executiva;
- e. Assistir as reuniões da Diretoria Executiva quando convidado;
- f. Convocar a Assembleia às reuniões que julgarem necessárias;
- g. Denunciar erros ou fraudes observados, sugerindo as providências.

§ Único - O Conselho Fiscal poderá escolher para assisti-lo no exame dos livros, dos balanços e das contas, contabilista legalmente habilitado, mediante remuneração aprovada pela Diretoria Executiva.



CAPÍTULO IV

DO REGIME FINANCEIRO

Art. 39º - O plano financeiro anual do Instituto será uno e elaborado de acordo com seus objetivos específicos e homologado em Assembleia Geral.

§ 1º - Os itens do plano financeiro, com execução em mais de um exercício terão suas previsões projetadas nos respectivos orçamentos.

§ 2º - Para programas ou atividades especiais, poderão ser criados fundos específicos.

Art. 40º - A abertura de crédito extraordinários ou suplementares dependerá de homologação pela Assembleia Geral.

Art. 41º - A prestação de contas abrangerá quadro comparativo de estimativa e execução do plano financeiro, balanço dos ativos e passivos societários, demonstrativos de receitas e despesas e demonstrativos das mutações patrimoniais.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO

Art. 42º - O patrimônio do IBAP constituir-se-á de:

- a) Bens móveis e imóveis, títulos, valores, fundos ou depósitos bancários, que possui ou venha a possuir;
- b) Auxílios, subvenções, doações, legados, rendas, donativos, receitas e congêneres;
- c) Bens que vier a adquirir a qualquer título e pelos que tenha adquirido;
- d) Rendas que vier auferir de suas atividades, em todas as áreas de atuação, de retribuições oriundas da extensão dos serviços à Comunidade e de outras fontes;
- e) Rendimentos de aplicações financeiras e de operações de crédito.

§ Único - As doações de bens com encargos, deverão ser submetidas à apreciação do Conselho Consultivo e da Assembleia Geral.

Art. 43º - O IBAP aplicará integralmente no País os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais e sociais, revertendo integralmente qualquer eventual saldo de seus exercícios financeiros em benefício da manutenção e ampliação de suas finalidades sociais, institucionais e patrimoniais.

®



Art. 44º - O IBAP não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma pretexto, a seus mantenedores, associados ou benfeitores.

CAPÍTULO VI

DAS UNIDADES MANTIDAS

Art. 45º - São consideradas, para fins deste Estatuto, Unidades Mantidas, os Estabelecimentos de Assistência e Saúde (ambulatórios, Clínicas, etc...) e outros que se fizerem necessários ao cumprimento das finalidades do Instituto.

As Unidades Mantidas terão seus objetivos específicos e deverão trabalhar em comum acordo em relação a projetos múltiplos.
As Unidades Mantidas terão sua denominação própria acrescida da abreviação IBAP, e poderão ser assim constituídas:

- 1) IBAP - ADMINISTRAÇÃO DE PROJETOS
- 2) IBAP - ASSESSORIA & CONSULTORIA
- 3) IBAP - ASSISTÊNCIA
- 4) IBAP - EDUCAÇÃO
- 5) IBAP - PESQUISA
- 6) IBAP - PSICOLOGIA
- 7) IBAP - SAÚDE
- 8) IBAP - UNIDADES MÓVEIS

Art. 46º - As Unidades Mantidas serão regulamentadas por regimentos próprios, podendo gozar de autonomia administrativa, financeira, técnica, didático - científica, disciplinar, pelas leis em vigor e por este Estatuto.

Art. 47º - As denominações, finalidades e funcionamento das Unidades Mantidas serão aprovadas pela Assembleia Geral, observada a legislação em vigor.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 48º - O ano social coincidirá com o ano civil, sendo obrigatória a publicação anual das demonstrações contábeis, em veículo de comunicação física ou em meio virtual.

Art. 49º - Observadas às exceções previstas na legislação vigente, é vedado aos dirigentes estatutários, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores, o recebimento de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

®



Art. 50º - Os serviços prestados pelo Instituto visarão a qualquer pessoa, não havendo distinção de cor, sexo, raça, nacionalidade, profissão, condição social, credo político ou religioso.

Art. 51º - O IBAP manterá escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar a sua exatidão.

Art. 52º - A fim de assegurar continuidade administrativa e a consecução das finalidades do IBAP, nas deliberações versando assuntos que, direta ou indiretamente, envolvam o patrimônio da instituição e a sua extinção, somente os Associados Fundadores e Efetivos terão direito a voto.

Art. 53º - Verificada a impossibilidade de o IBAP continuar funcionando, por qualquer motivo, mediante parecer fundamentado de uma Comissão especialmente constituída para esse fim, o Conselho Consultivo deverá convocar Assembleia Geral Extraordinária, convocada especificamente para este fim, onde deverá declara-lo extinto.

§ Único - Uma vez extinta na forma deste estatuto, os integrantes da Assembleia Geral, especificamente convocada para este fim, decidirão sobre a forma de liquidação, a fim de que a, integralidade de seu patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinadas, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades sejam incorporadas ao patrimônio de outra entidade sem fins lucrativos congênere no âmbito do Município, da mesma área de atuação, ou Entidade Pública, ou a critério do IBAP.

Art. 54º - Este Estatuto depois de aprovado pelo Conselho Consultivo e endossado pela Assembleia Geral entrará imediatamente em vigor e deverá ser registrado no Cartório competente.

Art. 55º - O presente Estatuto após entrar em vigor, poderá a qualquer tempo ser reformado, obedecidas às prescrições constantes do mesmo.

RJ, Niterói, 09 de Outubro de 2020



IBAP
Dr. Luiz Carlos Pegado
Diretor-Presidente

Olisabete Amaral de Souza Lins.

OAB RJ 208.107

RAISSA PAULA BASTOS



Art. 50 - Os atos praticados pelo Tabelião visam a garantir a segurança jurídica e a transparência da atuação profissional, sendo obrigatório o registro de todos os atos praticados.

Art. 51 - O Tabelião é responsável por garantir a segurança jurídica e a transparência da atuação profissional, sendo obrigatório o registro de todos os atos praticados.

Art. 52 - A fim de assegurar a continuidade da atuação profissional e a segurança jurídica, o Tabelião é responsável por garantir a segurança jurídica e a transparência da atuação profissional, sendo obrigatório o registro de todos os atos praticados.

Art. 53 - Verifica-se a necessidade de o Tabelião garantir a segurança jurídica e a transparência da atuação profissional, sendo obrigatório o registro de todos os atos praticados.

Art. 54 - Verifica-se a necessidade de o Tabelião garantir a segurança jurídica e a transparência da atuação profissional, sendo obrigatório o registro de todos os atos praticados.

Art. 55 - Verifica-se a necessidade de o Tabelião garantir a segurança jurídica e a transparência da atuação profissional, sendo obrigatório o registro de todos os atos praticados.

Art. 56 - Verifica-se a necessidade de o Tabelião garantir a segurança jurídica e a transparência da atuação profissional, sendo obrigatório o registro de todos os atos praticados.

Art. 57 - Verifica-se a necessidade de o Tabelião garantir a segurança jurídica e a transparência da atuação profissional, sendo obrigatório o registro de todos os atos praticados.

Art. 58 - Verifica-se a necessidade de o Tabelião garantir a segurança jurídica e a transparência da atuação profissional, sendo obrigatório o registro de todos os atos praticados.

Art. 59 - Verifica-se a necessidade de o Tabelião garantir a segurança jurídica e a transparência da atuação profissional, sendo obrigatório o registro de todos os atos praticados.

Art. 60 - Verifica-se a necessidade de o Tabelião garantir a segurança jurídica e a transparência da atuação profissional, sendo obrigatório o registro de todos os atos praticados.

12º Ofício de Niterói
CARTÓRIO DO 12º OFÍCIO DE NITERÓI

Rua Visconde de Sapetiba, 343 - Centro - Niterói - RJ
CEP: 24020-206 - Tel.: (21) 2620-3483 - 2620-4768
Tabelião: William Felisberto Fagundes - Substituto: Pedro Ivo Rego Barros Picanço

Reconheço as firmas por Semelhança de:
LUIZ CARLOS DA SILVA PEGADO *****

Emols: R\$ 5,82, Fetj: R\$ 1,16, Fundper: R\$ 0,29, Funper: R\$ 0,29
Funarper: R\$ 0,23, Pmcmy: R\$ 0,11, Iss: R\$ 0,11, Total: R\$ 8,01.

NITERÓI - RJ/RJ, 21/12/2020.
MARYELLEM SANTOS DE AZEVEDO, em test. da verdade. Conf. _____

EDQB 86329 ISC Consulte <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

39008444-271339
Cantório 12º Ofício de Niterói
Maryellem Santos de Azevedo
ESCREVENTE
Mat. 94/21339

12º Ofício de Niterói
CARTÓRIO DO 12º OFÍCIO DE NITERÓI

Rua Visconde de Sapetiba, 343 - Centro - Niterói - RJ
CEP: 24020-206 - Tel.: (21) 2620-3483 - 2620-4768
Tabelião: William Felisberto Fagundes - Substituto: Pedro Ivo Rego Barros Picanço

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURIDICA
Apres. no dia 21/12/2020, Protocolo 10721, Liv. A12,
Registro Nº 21359, no livro A-110
Niterói, 21/12/2020.

Oficial, _____ Subcrevo e Assino.

Emols: R\$216,73, Fetj: R\$43,34, Fund: R\$10,83, Funp: R\$10,83,
Funa: R\$8,66, Pmc: R\$4,33, Iss: R\$4,33 Dist: R\$29,48, Total: R\$328,53

EDQG 63903 RJE Consulte <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

39008444-271527
Cantório 12º Ofício de Niterói
Maryellem Santos de Azevedo
ESCREVENTE
Mat. 94/21338